

Inteligência, a Que Preço?

Um Estudo de Caso sobre as Consequências da Liderança Ética (e da Antiética)

Major Douglas A. Pryer, Exército dos EUA

Devemos lembrar quem somos. Nosso exemplo é o que nos fará prevalecer neste ambiente, não nossas armas.

—General-de-Brigada Martin Dempsey, Comandante da 1ª Divisão Blindada, em e-mail de 30 Out 03 a seus comandantes de Brigada¹.

Agente firme, cara. É assim que o Exército faz as coisas.

—de um interrogador não identificado, na Base Avançada de Operações *Tiger*, em resposta à preocupação de um policial do Exército sobre técnicas de interrogatório avançadas².

O VERÃO DE 2003 foi um período quente e frustrante para as Forças da coalizão no Iraque. Em Bagdá, os soldados enfrentaram temperaturas superiores a 37° C por mais de 91 dias consecutivos³. Muito pior, contrariamente às expectativas da maioria dos soldados e de seus líderes militares e políticos, a insurgência iraquiana não apenas estava ativa, mas crescendo rapidamente em tamanho e letalidade por todo o país. Em julho, as Forças da coalizão foram atacadas duas vezes mais do que em junho⁴. Em agosto, o país testemunhou o aumento de ataques de dispositivos explosivos transportados em veículos, incluindo um ataque suicida com “carro-bomba” em Bagdá, que matou 11 pessoas e fechou a Embaixada da Jordânia, em 11 de agosto de 2003. A esperança dos soldados dos EUA de voltar para casa antes do Natal desapareceu no calor do verão iraquiano.

Foi nesse ambiente que um Capitão de Inteligência da seção CJ2X (Inteligência) da Força-Tarefa Conjunta-7 (*Combined Joint Task Force-7* — CJTF-7) enviou um e-mail,

em 14 de agosto de 2003, aos líderes da seção de Inteligência Humana (HUMINT) dos principais comandos subordinados da CJTF-7⁵. Na “salva” inicial do que se tornaria a batalha pela alma da comunidade de HUMINT da CJTF-7, o Capitão solicitou uma espécie de “lista de pedidos” aos seus subordinados sobre as técnicas de interrogatório que eles “achavam que seriam eficazes”⁶. “Agora vamos deixar de delicadeza... com esses detentos”, disse. Acrescentou que “o adjunto do CJ2 deixou claro que queremos esses indivíduos subjugados”⁷. E concluiu: “As baixas estão aumentando e precisamos começar a coletar informações para ajudar a proteger nossos companheiros contra novos ataques”⁸.

Esse e-mail provocou respostas enérgicas e diametralmente opostas de dois “campos ideológicos” dentro das seções de HUMINT da CJTF-7. Um campo (ao qual o Capitão da CJ2X claramente pertencia) incluía o oficial especialista (*Chief Warrant Officer* 3) Lewis Welshofer Jr., do 3º Regimento de Cavalaria Blindado e um líder de HUMINT

O Major Douglas A. Pryer é Oficial de Inteligência sênior do 14º Regimento de Comunicações, País de Gales, Reino Unido. É bacharel pela Missouri State University e mestre pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA, no Forte Leavenworth, Kansas. Recebeu o Prêmio Birrer-Brooks e o Prêmio Arter-Darby, ambos no ano de

2009, da ECEME dos EUA e conquistou o primeiro lugar no ensaio literário de liderança Douglas MacArthur. Seu livro, The Fight for the High Ground: The U.S. Army and Interrogation during Operation Iraqi Freedom I, é o primeiro a ser publicado pela Editora Universitária do ECEME dos EUA.



Sgt Shane T. McCoy, Marinha dos EUA

Policiais do Exército conduzem um detido no Campo X-Ray, Base Naval de Guantánamo, Cuba, 11 Jan 02.

não identificado da 4ª Divisão de Infantaria⁹. O outro campo foi representado pelo Major Nathan Hoepner, oficial de operações da Força-Tarefa 501ª Batalhão de Inteligência Militar, da 1ª Divisão Blindada. As unidades desses três oficiais atuaram no “Triângulo Sunita”, a parte mais perigosa do Iraque, durante a Operação *Iraqi Freedom I (OIF I)*.

Respondendo ao e-mail do Capitão da CJ2X, Welshofer escreveu que “uma técnica básica de interrogatório” deve incluir “tapas no rosto com as mãos abertas de uma distância de não mais de 60 cm e golpes com as costas da mão a uma distância cerca de 45 cm”¹⁰. Também acrescentou: “Detenção em celas pequenas, privação de sono, ruído “branco” e uma série de abordagens de intimidação mais agressivas... medo de cães e cobras parece funcionar bem. Concordo plenamente que devemos tratá-los com mais agressividade”¹¹. O líder de HUMINT não identificado da 4ª Divisão de Infantaria submeteu uma “lista de pedidos” que incluía algumas das mesmas técnicas, mas acrescentou “privação de estímulos”, “manipulação dos pontos de

pressão”, “golpes com o punho fechado”, “indução de fadiga muscular” e “eletrocussão de baixa voltagem”¹².

Em sua “salva” de retorno, do outro lado, o major Hoepner replicou:

Quanto a ‘ser necessário sermos mais agressivos’... precisamos pensar duas vezes e lembrar quem somos... o tratamento de presos baseia-se em claros padrões estabelecidos por leis internacionais das quais somos signatários e, em parte, criadores... algo que simplesmente não podemos deixar de lado quando acharmos conveniente... sofreremos baixas em todas as guerras que travamos — isso faz parte da própria natureza da guerra. Também infligimos baixas, em geral muito mais do que recebemos. Isso não justifica, de maneira alguma, o abandono de nossos valores. NUNCA aceitamos justificativas para os atos dos nossos inimigos contra nós. Baixas fazem parte da guerra — se você não consegue aceitar sua existência não pode se engajar em uma. Ponto final. EM RESUMO: Somos



Helen C. Stikkel

Donald H. Rumsfeld (em primeiro plano à direita), Secretário de Defesa dos Estados Unidos, recebe um briefing sobre as operações com detentos no Campo X-Ray, Baía de Guantánamo, Cuba, 27 Jan 02. Doze dias antes, Rumsfeld havia assinado um memorando no qual estipulava que, em caso de “necessidade militar”, os comandantes não precisavam tratar certos detentos em conformidade com as Convenções de Genebra.

soldados americanos, herdeiros de uma longa tradição de superioridade moral. Precisamos nos manter assim¹³.

Como Hoepner diz claramente, nós, norte-americanos, aderimos a valores morais que são mais importantes para nós do que simplesmente ganhar uma batalha: abandonar esses valores seria perder nossa identidade como soldados norte-americanos.

Os Dois Campos Rivals: Antecedentes

A mentalidade de “Inteligência a qualquer custo” do primeiro campo conta com uma existência mais longa (e mais robusta) na história militar dos EUA do que geralmente se pensa. Por exemplo, durante a Guerra Filipino-Americana, o Comitê do Senado de 1902 documentou o uso sistemático da “cura pela água” pelas tropas dos EUA, uma versão mais severa e muitas vezes fatal do que hoje conhecemos como “afogamento simulado”¹⁴. Mais recentemente, muitos assessores da CIA e das Forças Armadas, no controverso “Programa Phoenix” dos EUA,

durante a Guerra do Vietnã, não só não tentaram impedir, como em alguns casos até incentivaram o uso da tortura (incluindo o choque elétrico) pelos oficiais da Inteligência sul-vietnamita¹⁵. Nos dois casos, os militares dos EUA concluíram que a necessidade de uma Inteligência oportuna justificava a tortura.

Em sua forma mais pura, esse raciocínio é o chamado “cenário da bomba-relógio”. Durante uma entrevista em 2001, o General francês Paul Aussaresses, oficial sênior de Inteligência durante a Guerra Franco-Argelina, expressou esse mesmo raciocínio da seguinte forma:

Imagine por um momento que você se opõe ao conceito de tortura e prende alguém que está claramente implicado na preparação de um ataque terrorista. O suspeito se recusa a falar. Você não insiste. Um ataque particularmente sanguinário é lançado. O que você diria aos parentes das vítimas, aos parentes de um bebê mutilado pela explosão — por exemplo — para justificar o fato de não ter utilizado todos os meios para fazer com que o suspeito falasse?¹⁶

Quarenta anos depois, os responsáveis pela HUMINT da CJTF-7, do 3º Regimento de Cavalaria Blindado e da 4ª Divisão de Infantaria concordaram, igualmente, que para salvar vidas, eles teriam de “deixar de delicadeza”, no que tange às técnicas de interrogatório.

Ainda assim, esse campo não representa a tradição dominante na história militar dos EUA. Ao sustentar que os norte-americanos são regidos por valores morais, o Major Hoepner se referia a essa mesma tradição dominante, tão antiga quanto o estabelecimento da primeira Colônia dos Estados Unidos. Em um sermão de 1630, John Winthrop disse aos colonos puritanos (que estavam prestes a desembarcar do navio Arbella e estabelecer a Colônia da Baía de Massachusetts) que eles deveriam “praticar a justiça” e “amar a misericórdia” e que sua nova colônia deveria ser “como uma cidade no alto de uma colina” para o restante do mundo ver e copiar¹⁷. Da mesma forma, durante a Guerra Revolucionária, os líderes do Exército e do Congresso Continentais concluíram que não era suficiente ganhar a guerra; tinham de “ganhar de uma maneira compatível com os valores de sua sociedade e com os princípios de sua causa”¹⁸. O General George Washington aplicou esse ideal ao tratamento de prisioneiros britânicos e hessianos, adotando uma incomum política de humanidade. Em uma ordem escrita, por exemplo, ele determinou que 211 presos britânicos fossem tratados “com humanidade” e que não lhes fosse dada “razão alguma para reclamar que nós estejamos copiando o exemplo brutal do Exército britânico no tratamento dado aos nossos infelizes irmãos”¹⁹. Durante os mais de dois séculos que se passaram desde a Guerra Revolucionária, o tratamento de inimigos pelo Exército dos EUA foi, em grande medida, condizente com essa tradição de humanidade, sendo a Filipino-Americana e as guerras contra os índios dos EUA exceções a essa regra, motivadas por questões raciais²⁰.

Hipótese para Estudo de Caso

A decisão que talvez seja a mais importante em termos de eficiência para os comandantes estadunidenses em combate é: deixaremos que

nossos ideais nos governem e permaneceremos morando na “cidade no alto da colina”? Ou tentaremos viver escondidos no campo dos “fins que justificam os meios”? (Os comandantes podem tentar ficar no meio das duas posições, mas devem estar atentos ao terreno escorregadio em que se encontram e ter cuidado onde pisam.) Essa decisão essencial pode ocorrer em campanha ou meses, anos e até décadas antes de um desdobramento em operações. Em última análise, nenhuma decisão é mais importante para um líder combatente estadunidense do que esta.

Este ensaio usa a metodologia de estudo de caso para explorar a hipótese de que a posição ética básica assumida pelos líderes é a principal responsável pelo abuso de detentos nas unidades de interrogatório e pela eficácia estratégica dessas unidades no atual campo de batalha. As investigações que atribuíram o abuso nos interrogatórios à superlotação das instalações de detenção, aos guardas não instruídos, aos interrogadores inexperientes ou a qualquer outra das várias razões frequentemente citadas talvez estejam erradas. A principal razão para que ocorresse abuso nos interrogatórios no Iraque pode ter sido uma falha de liderança ética. Pode ter sido simplesmente isso.

...desde a Guerra

Revolucionária, o tratamento de inimigos pelo Exército dos EUA foi, em grande medida, condizente com essa tradição de humanidade...

A continuação da narrativa iniciada com a troca de e-mails citada anteriormente validará (ou não) essa hipótese. Se a hipótese estiver correta, os maus-tratos a prisioneiros deveriam ter aumentado consideravelmente nas instalações sob influência dos responsáveis pela HUMINT da CJTF-7, do 3º Regimento de Cavalaria Blindado e da 4ª Divisão de Infantaria — que decidiram que deveriam “deixar de delicadeza”

— e, de modo oposto, a instalação de detenção da Força-Tarefa da 1ª Divisão Blindada (FT 1ªDBld) deveria ter permanecido relativamente livre de alegações de abuso. Uma vez validada a hipótese, ela é aplicada ao presente para indicar quais medidas o Exército ainda precisa tomar para evitar abusos em interrogatórios e a derrota estratégica eles podem criar.

Começamos esse experimento com a CJTF-7.

A Derrota Estratégica em Abu Ghraib

O Chefe da Autoridade Provisória da Coalizão, Embaixador Paul Bremer, aprovou o uso da Prisão de Abu Ghraib em 3 de julho de 2003²¹. Em razão de a prisão ter sido famosa por ser um local de tortura e execução durante o regime de Saddam Hussein, Bremer aprovou sua reabertura com o entendimento de que ela seria usada apenas até que uma nova instalação fosse construída²². Contudo, o comandante da CJTF-7, General Ricardo Sanchez, ordenou que as operações de interrogatório da Força-Tarefa Conjunta fossem consolidadas na instalação (agora considerada permanente) já em 1º de outubro do mesmo ano. Essa decisão provavelmente foi motivada tanto pela natureza dinâmica da Inteligência em combate quanto pelo fato de o Campo Bucca — a Instalação de Internação do teatro de operações — estar a um dia de viagem ao sul de Bagdá, na fronteira com o Kuwait.

A instalação de Abu Ghraib teve problemas sérios desde o início. Ficava em uma área perigosa e recebia tiros de morteiro regularmente, muitas vezes com resultados catastróficos: em 16 de agosto de 2003, um ataque de morteiro matou 5 detentos e feriu outros 67²³. Em 20 de setembro de 2003, um desses ataques matou 2 soldados norte-americanos e feriu outros 11 (incluindo o comandante do Centro Combinado de Interrogatórios)²⁴. Além disso, a instalação rapidamente ficou superlotada, com 7 mil detentos em outubro de 2003²⁵. A superpopulação causou uma grande insuficiência de mão-de-obra, com apenas 90 policiais do Exército administrando a população de detentos — muito menos do que o batalhão completo exigido pela doutrina, para uma população carcerária desse tamanho²⁶.

A Companhia Alpha do 519º Batalhão de Inteligência Militar forneceu o primeiro grupo de interrogadores à instalação²⁷. Por uma infeliz coincidência, essa companhia havia servido no Afeganistão durante o período de dezembro de 2002 a janeiro de 2003, quando algumas técnicas de interrogatório avançadas derivadas da instrução de “sobrevivência, evasão, resistência e fuga” (*survival, evasion, resistance, and escape* — *SERE*) haviam sido sistematicamente empregadas naquele país²⁸. De fato, agentes da Divisão de Investigação Criminal estavam em via de confirmar alegações de que dois interrogadores da companhia haviam participado de tratamento brutal e contribuído para a morte de dois detentos em 4 e 10 de dezembro de 2002 na Base Aérea de Bagram²⁹. Já no Iraque, esses mesmos dois interrogadores atacaram sexualmente uma detida em Abu Ghraib em 7 de outubro de 2003³⁰.

Algumas semanas depois da CJ2X da CJTF-7 ter elaborado a “lista de pedidos” de técnicas de interrogatório, a Força-Tarefa publicou suas primeiras técnicas aprovadas. A “Política de Interrogatório”, datada de 14 de setembro de 2003, incluía três das técnicas severas recomendadas por e-mail pelos líderes da HUMINT, a saber: “gerenciamento de sono”, “presença de cães treinados” e “gritos, música alta e controle de luz”³¹. Também incluía outras técnicas severas inspiradas nas escolas militares da SERE³². Entre outras, essas técnicas eram: “posições de estresse”, “isolamento”, “manipulação do ambiente”, “bandeira falsa” e “manipulação da dieta”³³. O uso de três dessas técnicas de interrogatório avançadas exigia a aprovação pessoal do Comandante da CJTF-7 quando empregadas nos prisioneiros de guerra³⁴. Contudo, considerando que os detentos dos EUA no Iraque não eram, em sua maioria, prisioneiros de guerra (soldados inimigos capturados), mas detentos civis (insurgentes suspeitos e criminosos), havia confusão quanto à aplicabilidade dessa restrição.

Após análise, o Comando Central considerou a política de interrogatório da CJTF-7 “inaceitavelmente agressiva”³⁵. Como resultado, a CJTF-7 publicou uma nova política em 10 de outubro de 2003. Infelizmente, alguns interrogadores, mais notadamente na nova

“Instalação Correcional Central de Bagdá”, em Abu Ghraib, consideraram essas novas normas de procedimentos tão permissivas quanto as do memorando de setembro. Essa interpretação permissiva ocorreu por muitas razões. Embora provavelmente se destinasse a retirar a “carta branca” dada aos interrogadores para utilizarem técnicas de interrogatório avançadas, a nova política deu a Sanchez a opção de aprovar a aplicação de tais técnicas na análise caso a caso. Por exemplo, Sanchez

à crença de alguns dos interrogadores de que podiam empregar a técnica de “nudez forçada” ao seu critério — uma técnica de interrogatório avançada permitida durante seus desdobramentos anteriores em Guantánamo ou no Afeganistão, mas nunca aprovada para uso no Iraque³⁹.

A liderança ética inadequada também exerceu um papel quando líderes-chave deixaram de levar a sério ou de investigar relatos de abuso de detentos em Abu Ghraib formulados pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha⁴⁰. Esses líderes ignoraram amplamente os relatos da Cruz Vermelha originados a partir de duas visitas a Abu Ghraib em outubro de 2003 (na mesma época em que os abusos criminosos mais sérios estavam começando)⁴¹. Em um resumo desses relatos, a Cruz Vermelha declarava que “os métodos de coerção física e psicológica usados pelos interrogadores pareciam fazer parte dos procedimentos operacionais padronizados do pessoal da Inteligência Militar para obter confissões e extrair informações”⁴². A Cruz Vermelha também descreveu “abuso” (depois confirmado por investigadores militares) que incluía detentos sendo mantidos nus durante dias, tratados aos gritos, insultados, ameaçados, submetidos à “privação de sono causada por música alta ou luz constante” e mantidos em isolamento⁴³. Contudo, esse “abuso” envolveu soldados que aplicaram as técnicas de interrogatório avançadas que o quartel-general da CJTF-7 ou havia promulgado formalmente ou que os soldados acreditavam terem sido autorizadas, com base em suas experiências em outros teatros de operações.

Portanto, a decisão de “deixar de delicadeza” por parte dos Chefes no quartel-general, em Abu Ghraib, preparou o terreno para o escândalo que se seguiria. Esse escândalo, iniciado com a exibição, pela TV, das fotos da grave conduta criminosa, em 28 de abril de 2004, seria ligado diretamente às operações de interrogatório. Investigadores concluíram que, embora não tivessem causado os abusos criminosos diretamente, as técnicas de interrogatório avançadas haviam gerado um ambiente que possibilitou tais abusos⁴⁴. É difícil entender, por exemplo, como as famosas fotografias das “pirâmides de homens nus” poderiam ter

... a nova política provavelmente se destinasse a retirar a “carta branca” dada aos interrogadores para utilizarem técnicas de interrogatório avançadas...

aprovou 25 pedidos dos interrogadores para empregar a técnica de “isolamento”³⁶. Além disso, como aparentemente o Coronel Pappas (Comandante da 205ª Brigada de Inteligência Militar) acreditava que lhe tinha sido delegada autoridade para aprovar que seus interrogadores utilizassem as técnicas de “privação de sono” e “uso de cães treinados”, ficou mais simples pedir e receber a aprovação para o uso dessas técnicas³⁷.

Pior ainda foi a confusão gerada pela nova política de interrogatório, ao citar um manual de campanha que havia sido revogado. Os interrogadores, segundo aquela nova política, deviam “controlar todos os aspectos do interrogatório, incluindo a luz, o aquecimento e a configuração da sala de interrogatório, bem como a comida, a roupa e o abrigo” dados aos detentos³⁸. É fácil ver como alguns dos interrogadores podem ter interpretado essa instrução vaga como aprovação geral para o uso de técnicas de interrogatório como a “manipulação da dieta” e a “manipulação do ambiente”. Pior de tudo, a referência para controlar a roupa dos detentos dava suporte

ocorrido se os interrogadores não tivessem orientado os policiais do Exército a empregar a técnica de “nudez forçada” como parte dos métodos de “ataque ao orgulho e ao ego”.

O escândalo de Abu Ghraib representa uma derrota estratégica para os Estados Unidos. Prejudicou seriamente a credibilidade do país perante a comunidade internacional, especialmente a comunidade árabe. O escândalo também estimulou a insurgência iraquiana: “Apresentavam eventos [na televisão] sobre Abu Ghraib”, disse um dos muitos mujahedin inspirados a ir ao Iraque pelas imagens horrorosas. “A opressão, o abuso de mulheres e a fornicação; então agi no calor momentâneo e decidi... buscar o martírio no Iraque [sic]”⁴⁵. Infelizmente, para uma Força contrainsurgente tentando ganhar o apoio do povo, pesquisas de opinião da Autoridade Provisória da Coalizão mostraram que o apoio iraquiano à ocupação caiu de 63%, antes do escândalo, para apenas 9%, depois da publicação das fotos⁴⁶. Pior ainda, contudo, foi o fato de o escândalo ter acelerado o declínio do apoio popular dos EUA para a guerra, um declínio que no final levou o Congresso a tentar (sem sucesso) retirar as Forças estadunidenses do Iraque em 2007.

Agora, passemos ao 3º Regimento de Cavalaria Blindado (3ºRCB).

O Interrogatório Avançado em Al Anbar

Em um relatório de fevereiro de 2004, a Cruz Vermelha resumiu suas principais descobertas em relação ao tratamento de detentos em 14 instalações dos EUA no Iraque, de março a novembro de 2003⁴⁷. Esse relatório avaliou duas instalações no escalão CJTF-7 (Abu Ghraib e Campo Cropper) como “os principais locais de internação onde os maus-tratos supostamente ocorreram”⁴⁸. No escalão Divisão ou brigada, avaliou três instalações como centros do alegado abuso de detentos: uma (talvez duas) pertenciam ao 3ºRCB. A Cruz Vermelha descreveu a instalação que claramente pertencia ao 3ºRCB como localizada em “uma antiga estação ferroviária em Al-Khaim, perto da fronteira da Síria, transformada em uma base militar”⁴⁹. Essa descrição combina com as obtidas em depoimentos perante o tribunal

sobre a “Base Avançada de Operações *Tiger*”, que o 1º Esquadrão do 3ºRCB operava⁵⁰. A Cruz Vermelha também descreveu um centro de abuso de detentos como o “Al-Bachdadi, Base Heat e Campo Habbania na Província de Ramadi”⁵¹. Embora unidades do 3ºRCB atuassem na área de Al Habbaniyah à época (julho a agosto de 2003), uma investigação criminal superficial do Exército dos EUA não conseguiu concluir se o suposto abuso teria sido cometido por uma unidade de tropa convencional ou por uma de Forças Especiais⁵². Contudo, o relatório da Cruz Vermelha era preocupante. Vinte e cinco detentos em Abu Ghraib alegaram que, durante internações anteriores em Al Habbaniyah, haviam passado por maus-tratos, como posições de estresse dolorosas, nudez forçada, espancamentos, ataques de cães e privação de sono: todas alegações consistentes com o emprego de técnicas de interrogatório avançadas⁵³. Não há dúvida, contudo, que o 3ºRCB operava a instalação de detenção na Base Avançada de Operações *Tiger*. A entidade Human Rights Watch [organização não governamental internacional de defesa dos direitos humanos] entrevistou um Sargento da polícia do Exército que havia servido como guarda nessa instalação de maio a setembro de



A Cb Lynndie England, da 372ª Companhia de Polícia do Exército, é escoltada por guardas e seus advogados de defesa, Cap Jonathan Crisp e Cap Katherine Krul, do Centro Judiciário do Forte Hood, depois de ser condenada a três anos pelo abuso de detentos em Abu Ghraib (27 Set 05).

Cb L.B. Edger

2003⁵⁴. O depoimento do militar corroborou as alegações de 2004 da Cruz Vermelha sobre abusos nessa instalação. Segundo esse policial do Exército, ele testemunhou abusos rotineiros de interrogatório no local. Ele disse que os guardas frequentemente recebiam ordens de sujeitar os detentos à privação de sono, temperaturas perigosamente altas, fome e sede e de obrigá-los a ficar de pé por períodos prolongados (de até 24 horas), virados para uma parede⁵⁵. Também alegou ter visto interrogadores bater em detentos, ameaçá-los com armas carregadas e sujeitá-los a luzes estroboscópicas e a música alta⁵⁶. Segundo esse Sargento, tanto o Exército (incluindo soldados das Forças Especiais) quanto os interrogadores da CIA conduziam esses interrogatórios abusivos⁵⁷.

Tendo descrito técnicas de interrogatório avançadas comuns às instalações que as empregavam, parece improvável que esse militar tenha inventado as alegações. Além disso, os métodos descritos são coerentes com as técnicas específicas (como o chamado *wall standing*: ficar de pé virado para a parede), descritas em memorandos da CIA divulgados recentemente⁵⁸.

Infelizmente, o uso das técnicas de interrogatório avançadas não se restringiu à instalação de detenção da companhia da Base Avançada de Operações *Tiger*; essas técnicas também foram empregadas na Base Avançada de Operações *Rifles* (a área de detenção regimental do 3ºRCB no Campo de Aviação Al Asad), bem como em uma instalação de detenção temporária que o regimento estabeleceu a oeste de Al Qaim para uma operação chamada *Rifles Blitz*⁵⁹. Como a instalação da Base Avançada de Operações *Tiger*, essa instalação temporária estava localizada em uma estação ferroviária⁶⁰ e era apelidada de *Blacksmith Hotel*⁶¹. O interrogador sênior, encarregado das operações de interrogatório nessas duas instalações regimentais, era o oficial especialista (*Warrant Officer 3*) Lewis Welshofer.

Como descrito na troca de e-mails, a resposta de Welshofer à solicitação de uma “lista de pedidos” das técnicas de interrogatório era permitir o uso de técnicas semelhantes àsquelas empregadas pelos instrutores de SERE⁶². A política de interrogatório permissiva da

CJTF-7 de 14 de setembro de 2003 parecia autorizar algumas dessas técnicas, de modo que, aparentemente, Welshofer sentiu que tinha permissão para utilizar todas as técnicas que havia aprendido como instrutor da SERE. Welshofer aplicou uma dessas técnicas — “detenção em pequenas celas” — de forma particularmente brutal, muitas vezes “embrulhando” os detentos em um saco de dormir para induzir sentimentos de claustrofobia.

Dentro de alguns minutos, o General, de 56 anos, estava morto.

Essa “técnica de interrogatório” teve resultados trágicos. Em 26 de novembro de 2003, Welshofer interrogou o General iraquiano Abed Mowhoush no “*Blacksmith Hotel*”⁶³. No fim do interrogatório, Welshofer colocou Mowhoush em um saco de dormir, amarrou-o firmemente com fio elétrico, sentou-se sobre o oficial e cobriu sua boca com a mão⁶⁴. Dentro de alguns minutos, o General, de 56 anos, estava morto. O atestado de óbito de Mowhoush apontou a causa da morte como “asfixia devido a sufocamento e compressão do peito”, e uma autópsia de 2 de dezembro de 2003 declarou que, antes de sua morte, Mowhoush havia sofrido várias “contusões e ferimentos, além de seis costelas fraturadas”⁶⁵. Aparentemente, as fraturas foram causadas por um grupo de iraquianos (que supostamente trabalhavam para a CIA), que espancaram duramente Mowhoush durante um interrogatório, dois dias antes de sua morte⁶⁶.

Essa não foi a única morte ligada a interrogatórios no 3ºRCB. Cinco semanas depois da Operação *Rifles Blitz*, o Tenente-Coronel Abdul Jameel, de 47 anos, morreu durante um interrogatório na Base Avançada de Operações *Rifles*, no Campo de Aviação Al Asad. Segundo um artigo do *Denver Post*, Jameel foi detido em uma célula de isolamento com seus braços acorrentados a um cano no teto⁶⁷. Quando liberado dessas correntes, ele supostamente teria arremetido contra um

soldado das Forças Especiais, fazendo com que outros três “Forças Especiais” começassem a esmurrá-lo e a chutá-lo “por aproximadamente um a dois minutos”⁶⁸. O mesmo artigo relata que Jameel escapou e foi recapturado⁶⁹. Ao ser novamente levado à detenção, suas mãos teriam sido supostamente amarradas ao alto da porta de sua cela e, em algum momento, ele teria sido amordaçado⁷⁰. Cinco minutos depois, um soldado percebeu que ele estava morto⁷¹. Outro artigo no *New York Times* é mais específico sobre o sufocamento de Jameel, alegando que um “oficial de justiça sênior do Exército confirmou que o coronel iraquiano havia, em algum momento, sido erguido por um bastão pressionado contra a garganta, e que essa ação havia causado o ferimento que contribuiu para a sua morte”⁷².

O médico-legista que realizou a autópsia de Jameel identificou a *causa mortis* como “homicídio”, descrevendo que o corpo apresentava sinais de “múltiplas contusões” e “asfixia”⁷³. Uma investigação criminal do Exército recomendou que os soldados do 5º Grupo de Forças Especiais e do 3ºRCB fossem indiciados pelos crimes relacionados ao homicídio de Jameel⁷⁴. O relatório recomendou formalizar as acusações contra dois soldados, por homicídio culposo, e contra outros nove militares, por crimes que iam desde a tentativa de lesão corporal até a falsa declaração oficial⁷⁵. Os comandantes desses soldados, contudo, ignoraram as recomendações e determinaram que o preso morreu como “resultado de uma série de aplicações legais da força em reação a repetidas agressões e mau comportamento do detido”⁷⁶.

Devido à investigação criminal do Exército sobre a morte de Mowhoush, o General Comandante puniu Welshofer com uma repreensão por escrito. Em suas razões de defesa contra essa repreensão, o *warrant officer*, sem mostrar arrependimento, repetiu uma alegação que havia feito no e-mail que enviou ao Capitão da CJTF-7, ou seja, que a doutrina do Exército — que é baseada na Lei da Guerra — é insuficiente para lidar com combatentes ilegais⁷⁷. Welshofer também se referiu a Jameel, dizendo que, antes de sua morte, ele tinha indicado a localização de um grande *cache* de explosivos⁷⁸. Welshofer

usou esse exemplo para justificar seu próprio tratamento severo a Mowhoush, dizendo que esse *cache* continha “milhares de potenciais dispositivos explosivos improvisados” e que, “na verdade, o que os interrogadores fazem é um trabalho sujo, mas que salva vidas”⁷⁹. Apesar de sua argumentação capciosa (afinal, o fato de Jameel conhecer a localização de *cache*s de explosivos improvisados não significa que Mowhoush também conhecesse), Welshofer foi indiciado por homicídio culposo, e em janeiro de 2006, submetido à corte marcial no Forte Carson, no Colorado.

A corte marcial de Welshofer foi uma sensação na mídia. Durante o processo, Welshofer alegou que a única política de interrogatório da CJTF-7 que ele viu no Iraque foi a de setembro de 2003 (a política que autorizou explicitamente certas técnicas de interrogatório avançadas). Um *warrant officer* que tinha observado partes do interrogatório de Mowhoush testemunhou que Welshofer tinha usado uma técnica que era essencialmente o “afogamento simulado (*waterboarding*)” no dia anterior à sua morte⁸⁰. Segundo esse militar, Welshofer bateu repetidas vezes no cotovelo de Mowhoush com um bastão⁸¹. O uso de um bastão por Welshofer para bater em Mowhoush, esse *warrant officer* alegou, “não era tão extremo ao considerar outras coisas que estavam ocorrendo na instalação”⁸². Além disso, a Comandante de companhia desses dois *warrant officers* testemunhou que havia autorizado a técnica de “detenção confinada” ou “saco de dormir” e que tinha visto Welshofer esbofetear detentos⁸³. Apesar da evidência de que tinha empregado técnicas de interrogatório avançadas não aprovadas para uso no Iraque e que tinham claramente contribuído à morte de Mowhoush, Welshofer recebeu uma pena leve e extremamente controversa — uma Carta de Repreensão, restrição de sua liberdade ao domicílio e ao lugar de prática religiosa por dois meses e uma multa de 6 mil dólares⁸⁴. Em última análise, a polêmica gerada na mídia diante da pena leve recebida por Welshofer, embora não tenha representado uma derrota estratégica da magnitude de Abu Ghraib, reforçou a perda de credibilidade moral das Forças Armadas dos EUA entre os cidadãos americanos.

Agora passemos a analisar a 4ª Divisão de Infantaria (4ªDI)

Problemas em Tikrit

Em seu resumo de fevereiro de 2004, sobre o suposto abuso de detentos no Iraque, ocorrido entre março e novembro de 2003, a Cruz Vermelha identificou a “área de detenção de Tikrit (antiga Escola Islâmica Saddam Hussein)” como um possível centro de abuso de detentos⁸⁵. Embora a 4ªDI tivesse seu Posto de comando em Tikrit à época, a descrição não esclarece se o suposto abuso ocorreu na instalação de detenção da 4ªDI na Base Avançada de Operações *Iron Horse*. Além disso, como essa alegação aparentemente nunca foi investigada, não ficou claro que abusos foram cometidos e por quem. Como no caso de Al-Baghdadi, Base Heat e Campo Habbania, é igualmente possível que os abusos alegados tenham ocorrido — e, nesse caso, provavelmente cometido por integrantes das Forças não convencionais.

Ainda assim, a instalação de detenção da 4ªDI na Base Avançada de Operações *Iron Horse* tinha seus próprios problemas, com certeza. Entre os mais significativos, investigadores apontaram falhas cometidas por soldados nas mortes de dois detentos na instalação. Em 11 de setembro de 2003, uma guarda disparou contra um detido, matando-o, supostamente por ele ter colocado suas mãos perto demais da concertina da cerca⁸⁶. O militar foi acusado de homicídio culposo e foi afastado do Exército, em vez de ser submetido à corte marcial⁸⁷. Em 8 de fevereiro de 2004, outro detido morreu devido à desatenção médica⁸⁸. Além disso, e especialmente relevante para este estudo de caso, a instalação de detenção da 4ªDI tinha um caso concreto de abuso em interrogatório, derivado diretamente da mesma decisão de chefes da área de HUMINT de “deixar de delicadeza”.

Esse caso teve início em 17 de agosto de 2003, quando o Sargento encarregado do elemento de controle de interrogatório da 4ªDI apresentou a solicitada “lista de pedidos” de técnicas de interrogatório mais eficazes⁸⁹. Após enviar a lista, salvou uma cópia do arquivo em seu computador, que acabou sendo lida por um Interrogador novato⁹⁰. Pouco depois, o Sargento

falou com o novo Interrogador sobre essas técnicas⁹¹. Mais tarde, quando ambos foram questionados em juízo, houve divergências sobre o teor dessa conversa. O Interrogador subordinado alegou que seu Supervisor tinha lhe dado permissão tácita para usar as técnicas (ao perguntar-lhe se ele seria capaz de aplicá-las). Seu superior disse que eles haviam discutido as técnicas de maneira geral e que ele nunca havia dado ao subordinado permissão para empregá-las⁹².

A chegada de um detido acusado de ter matado três americanos preparou o terreno para a ocorrência de abusos em dois interrogatórios. O Interrogador recém-chegado tinha bom porte físico (1,98 m de altura). Dessa forma, “para extrair dados de Inteligência oportunos, que poderiam salvar vidas”, o Sargento determinou que ele conduzisse o interrogatório, autorizando uma abordagem “de intimidação” (mais severa)⁹³. Durante o primeiro interrogatório abusivo, em 23 de setembro de 2003, o novato forçou o detido a permanecer em diferentes posições de estresse, gritou, ameaçou e desferiu-lhe entre 10 e 30 golpes de cassetete nos pés, nádegas e possivelmente na região lombar⁹⁴. Seis dias depois, outro interrogador — mas com o mesmo intérprete — forçou o detido a circular em torno da mesa de joelhos, até que eles sangrassem⁹⁵. Ironicamente, apenas dois dias antes do primeiro interrogatório severo, o comandante da 4ªDI tinha publicado uma Política de Comando proibindo “agressões, insultos, curiosidade pública, lesões corporais e represálias de qualquer tipo”⁹⁶. Em seu depoimento, o interrogador novato disse que teria reconsiderado suas técnicas se tivesse visto esse documento⁹⁷.

O Oficial que investigou os incidentes recomendou repreender o Sargento e aplicar um “Artigo 15” [punição disciplinar — N. do T.] nos dois interrogadores⁹⁸. A Carta de Repreensão do Sargento citou seu fracasso em “estabelecer o devido ambiente de liderança” e de “inadvertidamente” levar ao menos um interrogador a acreditar que ele “tolerava certas práticas não previstas nos regulamentos em vigor”⁹⁹. Em suas razões de defesa, o Sargento contestou que não havia sido ele quem não havia estabelecido o devido ambiente de liderança

para seus subordinados e culpou o “ambiente existente no Comando da Divisão como um todo”¹⁰⁰. Para sustentar essa alegação, ele se referiu a uma prática ilegal de certas unidades da 4ªDI que prendiam membros da família de indivíduos procurados, na tentativa de coagi-los a se entregarem¹⁰¹. O Sargento também citou um de seus chefes, não identificado, que teria dito que os detentos “são terroristas e serão tratados como tal”¹⁰².

Embora não haja certeza de que o Tenente-Coronel Allen West seja o chefe que fez esse comentário, vale mencioná-lo nesse contexto. West, Comandante de um batalhão da 2ª Brigada da 4ªDI, foi destituído do comando por um incidente que havia ocorrido um mês antes dos episódios de abuso nas interrogações da Base Avançada de Operações *Iron Horse*. Para extrair Inteligência de um detido, cinco de seus soldados bateram-lhe na cabeça e no corpo sob a observação de West; este, mais tarde, mandou que levassem o detido para fora e o colocassem perto do barril com areia para descarregar armas, disparando duas vezes contra o barril¹⁰³. Mais tarde, comentaristas da mídia e até senadores dos EUA discutiriam com rancor a moralidade das ações de West, em um debate que enviou mensagens ambíguas aos militares em campanha sobre “comportamento aceitável”. West acabou passando para a Reserva, em vez de enfrentar uma corte marcial.

Em resumo, embora o elemento de interrogatório da Base Avançada de Operações *Iron Horse* tenha flertado com o uso de técnicas de interrogatório avançadas, o emprego delas nunca foi sistemático como em Abu Ghraib ou nas três instalações no 3ºRCB. Na verdade, quando tais técnicas foram detectadas nos dois interrogatórios abusivos, uma Diretriz de Comando da 4ªDI e uma investigação detalhada (com punições efetivas) parecem ter eliminado qualquer confusão que os interrogadores tinham com respeito aos métodos aceitáveis de interrogatório. Assim, o espetáculo midiático sobre as técnicas de interrogatório abusivas não envolveu a instalação de detenção da 4ªDI, mas, com razão, a polêmica implicou o Tenente-Coronel West.

Agora estamos em condições de analisar a 1ª Divisão Blindada.

Para a Frente!

Logo depois de assumir o comando da 1ª Divisão Blindada (1ªDBld) em 16 de julho de 2003, o General (de uma estrela) Martin Dempsey ordenou que a Divisão passasse a se chamar “Força-Tarefa 1ª Divisão Blindada” (FT 1ªDBld)¹⁰⁴. Isso refletia as muitas unidades incorporadas à Divisão, que tinham mais do que dobrado seu efetivo, para 39.000 soldados¹⁰⁵. Até hoje, a FT 1ªDBld permanece como a maior Força controlada por um quartel-general de Divisão na história do Exército dos EUA¹⁰⁶. Durante toda a Operação *Iraqi Freedom I (OIF I)*, a FT 1ªDBld atuou em Bagdá, um ambiente tão complexo e perigoso quanto qualquer outro no Iraque. Os 133 mortos e 1.111 feridos em combate da FT 1ªDBld servem como testemunho profundo e contundente desse fato¹⁰⁷.

O 501º Batalhão de Inteligência Militar (hoje desativado) era a unidade orgânica de Inteligência da 1ªDBld. Durante a Operação *Iraqi Freedom I*, a unidade operou a instalação de detenção da FT 1ªDBld e apoiou a enorme Força-Tarefa em HUMINT e outros produtos de Inteligência. O lema do batalhão era “Para a Frente!” Seus Comandantes pretendiam claramente que a unidade servisse de modelo ético. Na primeira frase de seu texto “filosofia de comando”, o Tenente-Coronel Laurence Mixon, que comandou o batalhão durante a maior parte da *OIF I*, afirmou que o batalhão era uma “organização baseada em valores”. Na sentença seguinte, ele tomou emprestada a brilhante metáfora da “cidade no alto da colina” ao apresentar os princípios morais básicos como “postes, iluminando nosso caminho adiante”¹⁰⁸.

A instalação de detenção da FT 1ªDBld estava localizada no Aeroporto Internacional de Bagdá. Essa instalação enfrentou os mesmos problemas básicos que as instalações do 3ºRCB e da 4ªDI tiveram durante a *OIF I*. Mais notadamente, ela tinha interrogadores em número insuficiente (e muito inexperientes) atuando em meio às crescentes baixas americanas e sob crescente pressão por Inteligência¹⁰⁹. Não obstante, a instalação não tinha registrado nenhum incidente comprovado de abuso de detentos e nenhum caso de alegações de abusos graves¹¹⁰. Os três únicos incidentes de abuso na instalação parecem ter sido insignificantes — dois casos de



Cap Miki Gilloon

O Comandante da 1ª Divisão Blindada, Gen Martin E. Dempsey, fala durante a reabertura de uma ponte em Bagdá, no Iraque, 25 Out 03.

militares da Polícia do Exército que receberam aconselhamento por gritar com detentos e, outro, de um interrogador contratado que foi despedido por ter feito ameaça verbal a um detido¹¹¹.

Além disso, não foi observado nenhum dos potenciais indicadores de abusos na detenção da FT 1ªDBld como em outras instalações no Iraque. Não haviam ocorrido motins, detidos baleados ou mortos ou tentativas de fuga na instalação¹¹². A instalação havia passado por todas as inspeções da Cruz Vermelha sem que fossem apontadas deficiências significativas ou alegações de abuso de detentos¹¹³. Quando Stuart Herrington (um Coronel da Reserva e um dos principais peritos em interrogatórios) inspecionou as operações de interrogatório da CJTF-7 em dezembro de 2003, classificou a instalação de detenção da FT 1ªDBld como “organizada, limpa, bem administrada e impressionante”¹¹⁴.

Cabe mencionar: os interrogadores da instalação nunca empregaram as técnicas de interrogatório avançadas, até mesmo durante

o breve período em que a CJTF-7 aprovou explicitamente o uso de tais técnicas¹¹⁵. De fato, por toda a Bagdá, os S-2 de Brigada e o Comando do 501º Batalhão de Inteligência Militar se recusaram a permitir que seus interrogadores empregassem essas técnicas¹¹⁶. O oficial especialista (*Chief Warrant Officer 3*) John Groseclose, encarregado das operações de HUMINT da 3ª Brigada, antes de assumir controle das operações de interrogatório da instalação de detenção da FT 1ªDBld, disse o seguinte:

Quando a Política de Interrogatório da CJTF, de 14 de setembro de 2003, entrou em vigor, fui ao Major Crisman, S-2 da Brigada, e mostrei-lhe o documento. Eu lhe disse que achava que o memorando era má ideia. Não me parecia certo. Ele concordou. Portanto, nunca usamos essas técnicas. Não vi nenhuma utilidade nelas¹¹⁷.

O homólogo de Groseclose na 1ª Brigada da FT 1ªDBld, *Chief Warrant Officer 3* Kenneth Kilbourne, repetiu os comentários de Groseclose. “Esse memorando era estúpido”, Kilbourne disse.

“Era como dar um novo e perigoso equipamento a um soldado, autorizando-o a usá-lo, mas sem lhe dar o manual de instruções para que soubesse como operá-lo”¹¹⁸.

Esses experientes líderes de HUMINT acreditavam que não era apenas errado para soldados estadunidenses empregar técnicas de interrogatório avançadas em inimigos no mundo real, mas que tais técnicas, em grande parte, eram ineficazes. “Para um interrogador, recorrer a técnicas como essas [derivadas das escolas da SERE] é admitir que não sabe como interrogar”, disse Groseclose, que foi condecorado com o Prêmio de Coletor de HUMINT do Ano de 2003, do Departamento de Defesa dos EUA¹¹⁹. Ele acrescentou: “Nossos interrogatórios produziram resultados”¹²⁰.

O então Major (agora Tenente-Coronel) Hoepner atribuiu a fidelidade do Batalhão a altos valores morais aos *warrant officers* de HUMINT do Batalhão e ao ambiente do Comando¹²¹. Seu julgamento está correto, com certeza. Em uma ordem fragmentária expedida quatro dias depois de assumir o comando, o General Dempsey proibiu maltratar detentos¹²². A proibição incluiu o uso de quaisquer técnicas de interrogatório que pudessem ser interpretadas como “maus-tratos”¹²³. Além disso, Dempsey reiterou enfaticamente a seus comandantes de Brigada a necessidade de as tropas tratarem os iraquianos com respeito e humanidade, um lembrete que quase não foi necessário. Como o Coronel Pete Mansoor, comandante da 1ª Brigada da FT 1ªDBld, observou:

Independentemente se as execuções simuladas, as pirâmides de presos nus, os espancamentos e outras formas de abuso tiveram êxito ou não na obtenção de informações, tal comportamento geralmente leva a um terreno perigoso com formas ainda mais severas de maus-tratos, talvez levando a causar ferimentos graves e morte. O abuso de detentos degrada o abusador tanto quanto o abusado; como cidadãos americanos, deveríamos nos manter em um plano moral mais elevado... Tínhamos de permanecer constantemente vigilantes a esse respeito, para que não perdêssemos nossos princípios morais em nome do cumprimento da missão¹²⁴.

Ainda assim, apesar dos melhores esforços dos comandantes e oficiais por toda a FT 1ªDBld, as alegações de graves abusos de detentos ocorreram, sendo algumas comprovadas¹²⁵. Portanto, o que foi realmente singular para uma unidade de seu tamanho foi que nenhum dos casos de abuso de detentos na FT 1ªDBld envolveu interrogadores treinados nas escolas. A razão principal para isso foi que todos na cadeia de comando dos interrogadores (desde o General até seus supervisores) sabiam que deveriam manter-se em um plano moral elevado.

Conclusões do Estudo de Caso

De certa forma, a instalação de detenção de Abu Ghraib tinha um problema tático diferente dos verificados nas instalações de detenção regimentais e divisionárias na Província de Al Anbar, em Tikrit, e no Aeroporto de Bagdá. Abu Ghraib estava superlotada, sua unidade de Polícia do Exército não tinha o efetivo necessário e ela operava sob frequentes fogos de morteiro que aterrorizavam e traumatizavam os soldados que ali trabalhavam.

Não obstante, o problema tático era o mesmo: Como se deve interrogar com eficácia quando as baixas entre as nossas tropas se acumulam, a política de interrogatório dos escalões mais altos é permissiva, os recursos são limitados e os nossos interrogadores são novatos e inexperientes?

Infelizmente, os interrogadores em Abu Ghraib, no 3ºRCB e na Base Avançada de Operações *Iron Horse* tinham chefes de HUMINT que se sentiam moralmente justificados a aprovar o uso de técnicas de interrogatório avançadas e isso os levou a cometer sérios abusos em Abu Ghraib e no 3ºRCB. Além disso, devido às personalidades singulares em Abu Ghraib, o abuso mergulhou ainda mais na violência sexual e sádica que trouxe vergonha à nossa nação e quase nos levou à derrota no Iraque. Em retrospecto, é irônico que, embora esses militares quisessem salvar vidas com as técnicas de interrogatório avançadas, suas ações tenham ajudado a desestabilizar o Iraque. Essa desestabilização, por sua vez, criou milhares de baixas a mais do que esses líderes poderiam ter prevenido com o emprego de métodos táticos.

Por outro lado, a detenção administrada pelo 501º Batalhão de Inteligência Militar foi um brilhante exemplo do tipo de instalação à qual a maioria das prisões dos EUA pertencia. Ao usar métodos de interrogatório confiáveis, os comandantes dessas instalações conseguiram resolver seu problema tático sem que os interrogadores tivessem de ser investigados, repreendidos ou responder a cortes marciais. Mais ainda, seus interrogadores não apareceram no noticiário.

Claro, aqueles que acreditam na eficácia das técnicas de interrogatório avançadas sustentarão que o 501º Batalhão não foi tão exitoso como teria sido se tivesse empregado tais técnicas. Embora isso possa ser verdade, é pouco provável. Sem dúvida os experientes *warrant officers* de HUMINT do 501º Batalhão de Inteligência Militar não aceitaram tal argumento. Todos acreditavam que teriam menos sucesso se tivessem empregado tais técnicas severas e frequentemente disseram: “A tortura é para amadores, profissionais não precisam dela”¹²⁶. Esses profissionais insistiram que a doutrina do Exército tem razão ao citar que o “uso de tortura e outros métodos ilegais é uma técnica inferior que rende resultados não confiáveis, pode prejudicar os subseqüentes esforços de coleta e pode induzir a fonte a dizer o que ele pensa que o interrogador quer ouvir”¹²⁷. Outras fontes corroboram seu raciocínio. Matthew Alexander (um dos interrogadores que levou as Forças dos EUA a Musab al Zarqawi) sustenta convincentemente que os interrogadores que criam afinidades com os detentos e aplicam os métodos doutrinários com sagacidade têm mais êxito que aqueles que, sem pensar, confiam em métodos brutais¹²⁸.

Embora as técnicas de interrogatório avançadas sejam definitivamente inferiores a métodos mais inteligentes, elas podem extrair informações úteis em circunstâncias muito limitadas. Isso não significa, contudo, que seja aconselhável que cidadãos de uma democracia ocidental as empreguem. O risco de uma derrota estratégica (como a experimentada pelos EUA em Abu Ghraib e pela França, na Argélia) é muito alto, em um campo de batalha saturado pela mídia como o de hoje. E mais importante: o uso de tais técnicas é simplesmente antiamericano.

Esse estudo de caso começou com a hipótese de que a postura ética fundamental escolhida pelos líderes é o fator determinante de maior importância com respeito ao nível de abuso de detentos nas unidades de interrogatório e, em última análise, com a eficácia estratégica dessas unidades no campo de batalha atual. Claramente, essa hipótese é válida. Como anteriormente descrito, quando os responsáveis pela HUMINT no Iraque escolheram soluções eticamente diferentes para um problema tático comum, o nível de abuso nos interrogatórios que ocorreram nas suas unidades também foi radicalmente diferente — bem como os resultados estratégicos.

Surpreendentemente, o Painel Independente para Analisar as Operações de Detenção foi o único grande investigador das operações de interrogatório da *OIF I* que enfatizou o papel que aquelas lamentáveis posturas exerceram nos abusos de interrogatório. Chefiado pelo antigo Secretário de Defesa James Schlesinger, o painel de cinco membros descobriu que:

Para os EUA, a maioria dos casos que permite o tratamento severo dos detentos por razão moral começa com variações do cenário “bomba-relógio”... Tais casos suscitam um problema moral desconcertante: É aceitável empregar tratamento desumano, quando se acredita que essa seja a única maneira de prevenir a perda de vidas? Em períodos de emergência, e especialmente em combate, haverá sempre a tentação de ignorar as normas legais e morais para os fins considerados moralmente bons. Muitos nas operações *Enduring Freedom* e *Iraqi Freedom* não estavam bem preparados por suas experiências, formação e instrução para resolver tais problemas éticos¹²⁹.

O painel concluiu que os “principais programas das Forças Armadas, como ‘os valores centrais’ do Exército, por exemplo,... são baseados na eficácia organizacional e não no bem moral” e que esses valores “não abordam o tratamento humano ao inimigo e aos não combatentes, deixando os líderes militares e os educadores com uma caixa de ferramentas incompleta para lidar com os problemas éticos do mundo real”¹³⁰. O painel recomendou uma “análise da instrução

de ética militar” e disse que um “programa de ética profissional” é necessário para dotar os líderes militares “de uma bússola moral mais afinada para a orientação em situações frequentemente cheias de obrigações morais conflitantes”¹³¹.

Por que o Painel de Schlesinger não se impressionou com a ferramenta básica do nosso Exército para a tomada de decisões éticas, o paradigma dos “Valores do Exército”? Provavelmente porque os sete valores desse paradigma (lealdade, dever, respeito, serviço altruísta, honra, integridade e coragem pessoal) são ideais amplos, e não princípios gerais definitivos ou uma metodologia prática para a resolução de problemas éticos específicos. Esses valores, na verdade, podem ser usados como justificativa para o uso do raciocínio “bomba-relógio” por um interrogador. Alguém poderia argumentar que, durante a *OIF I*, os interrogadores mais severos:

- demonstraram sua lealdade ao seu Exército, à sua unidade e a outras tropas ao usar as técnicas avançadas para salvar as vidas de soldados,
- cumpriram com seu “dever”, ao trabalhar duramente e demonstrar iniciativa,
- trataram os detentos com o “respeito” que mereciam (nenhum, porque eram terroristas e criminosos),

- exercitaram o “serviço altruísta” ao fazer o trabalho duro e sujo com objetivos nobres,
- demonstraram “integridade” ao utilizar apenas aquelas técnicas severas que acreditavam terem sido aprovadas para uso,
- manifestaram “honra” ao se manterem dentro dos demais valores do Exército e
- exibiram “coragem pessoal” ao provocar, propositalmente, detentos perigosos.

Portanto, o que parece óbvio para a maioria dos americanos — ou seja, que deixar um suspeito que aguarda julgamento nu, sozinho e tremendo em uma cela iluminada e com ar condicionado por dias consecutivos é um comportamento incompatível com os valores centrais da nossa nação — não é tão evidente quando os chefes aplicam a ferramenta básica do Exército para a tomada de decisões éticas.

Não quer dizer que essa ferramenta seja a aprovação das técnicas de interrogatório avançadas. Afinal, podemos usar essa mesma ferramenta para sustentar que os interrogadores mais severos:

- foram desleais à Constituição dos EUA quando castigaram os detentos sem “o devido processo legal”,
- falharam com seu dever de impor o previsto nas Disposições Gerais do Artigo 3º da Convenção de Genebra, que proíbe “ofensas



S Ten Jerry Morrison

O Secretário de Defesa Donald H. Rumsfeld depõe perante o Comitê das Forças Armadas do Senado em 07 Mai 04. O Secretário Rumsfeld; o Chefe do Estado-Maior Combinado, Gen Ex Richard B. Myers; o Secretário Interino do Exército, Les Brownlee, e o Chefe do Estado-Maior do Exército, Gen Ex Peter Schoomaker, depõem sobre os maus-tratos de detentos no Iraque.

à dignidade das pessoas, especialmente os tratamentos humilhantes e degradantes” de cativos¹³²,

- violaram sua integridade ao transgredirem a lei.

- Contudo, esse argumento realmente só pode ser feito à luz das decisões recentes do Supremo Tribunal Federal dos EUA. Durante a *OIF I*, os limites legais das técnicas de interrogatório foram debatidos acirradamente pelos advogados civis e militares mais notórios dos EUA, mas não ficaram claras para políticos, líderes militares ou interrogadores. Portanto, o que o Exército necessita é uma ferramenta diferente e mais precisa para orientar a tomada de decisões éticas quando as leis forem ambíguas.

Claramente, o desafio mais importante do Exército antes da *OIF I* foi assegurar que nossas tropas se comportassem eticamente no campo de batalha de hoje. Como um Exército, devíamos ter enfatizado o desenvolvimento de ferramentas éticas confiáveis e formado líderes éticos. Infelizmente, esse desafio não foi completamente reconhecido, e apesar de muitos sucessos táticos após a invasão, nossos erros estratégicos eram, às vezes, realmente graves.

Onde Estamos Hoje

O desafio de melhorar a qualidade das ferramentas éticas e da tomada de decisões de nossos líderes pertence não apenas à comunidade de Inteligência Militar do Exército, mas também a todas as Forças militares dos EUA. Como a vanguarda das Forças singulares para as operações de interrogatório, o Exército dos EUA fez algum progresso¹³³. Não obstante, nosso Exército ainda tem que avançar muito. Considere o seguinte:

- Até hoje, algumas das técnicas de interrogatório avançadas não são explicitamente proibidas pela doutrina de Inteligência Militar. Isso seria um grave descuido se não fosse pela Lei de Tratamento de Detentos de 2005 (Detainee Treatment Act of 2005), a qual tornou ilegal que qualquer interrogador militar use métodos ou técnicas além dos incluídos no manual de campanha FM 2-22.3, Human Intelligence Collector Operations (“Operações de Coleta de Inteligência Humana”, em

tradução livre). Não obstante, a doutrina de Inteligência Humana deve ser atualizada para evitar mal-entendidos futuros.

- Felizmente, a doutrina do Exército dos EUA publicada depois da *OIF I* é muito superior com respeito à promoção da liderança ética e à conformidade com as Leis da Guerra do que a doutrina anterior. Contudo, partes da doutrina atual ainda são anteriores à *OIF I*. Além disso, como mencionado, a doutrina do Exército não conseguiu aprimorar ou ampliar seu kit básico de ferramentas para a tomada de decisões éticas. Igualmente danoso é o fato de a atual doutrina conter uma reação exagerada que muito prejudica os interrogadores. Segundo o Apêndice M do FM 2-22.3, os interrogadores não podem manter suspeitos separados de outros detentos sem a aprovação de um oficial-general. No entanto, tal separação não é o mesmo que a técnica de interrogatório avançada de “isolamento”, que envolve a privação sensorial. É, ao contrário, uma forma de acomodar os detentos que é, quase sempre, uma pré-condição para interrogá-los com sucesso. Se não forem separados da população do presídio, eles serão influenciados por outros detentos. Além disso, serão bem menos propensos a cooperar por medo de que outros detentos os observem em reuniões longas e rotineiras com os interrogadores. Uma vez que sujeitos potencialmente cooperativos muitas vezes se tornam firmemente não cooperativos, durante o tempo que um interrogador leva para obter a aprovação de um oficial-general para separá-los, a exigência para obter essa aprovação precisa ser revogada. Entretanto, ao mesmo tempo, devem ser mantidas as garantias doutrinárias atuais de que os sujeitos separados sejam alojados com humanidade e sem privação sensorial.

- Nosso Exército está ativando mais Unidades de Interrogatório, uma ação que tem o potencial de reduzir o risco de que tropas que não sejam de HUMINT, com pouco conhecimento das Leis da Guerra, conduzam interrogatórios¹³⁴. Contudo, esse processo está longe de ser concluído. Atualmente, há poucas equipes de interrogatório operacionais no escalão Divisão, no Iraque¹³⁵. Mais crítico ainda é a falta de warrant officers

experientes e instruídos profissionalmente que possam orientar devidamente nossos novos interrogadores¹³⁶.

- A instrução ética nas unidades do Exército de hoje se parece muito com a de dez anos atrás. A instrução consiste em instrutores não certificados que fazem uma apresentação não padronizada sobre os “Valores do Exército” uma vez por ano. Em geral, esse discurso inclui uma revisão das definições doutrinárias de cada um dos “Valores do Exército” bem como exemplos de líderes que ilustram (positiva ou negativamente) esses valores. Raras vezes essa instrução emprega exercícios práticos para a tropa lidar com problemas morais complexos, e raramente a instrução é conduzida por alguém que tenha recebido a educação profissional necessária para guiar as tropas para soluções éticas.

- Currículos escolares que tentam seriamente melhorar as habilidades dos líderes do Exército para tomar decisões éticas são raros. Quase todos os oficiais do Exército, por exemplo, cursam a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA, mas a Escola proporciona pouca carga horária relacionada à melhoria das habilidades necessárias para a tomada de decisões éticas. Essa falta de atenção não é culpa de somente um departamento da Escola; todos os departamentos poderiam introduzir histórias sobre ética em suas matérias. Isso é, na verdade sintomático da falta de ênfase que ainda existe por todo nosso Exército.

O Caminho Árduo à Frente

Nosso Exército avançou muito com respeito à doutrina de HUMINT e à estrutura da Força desde as trágicas falhas éticas da *OIF I*. Contudo, não é hora de descansar. Devemos atualizar nosso *kit* de ferramentas de ética, incluindo uma revisão do paradigma ambíguo dos “Valores do Exército”, que pode ser usado para justificar quase qualquer solução para um problema tático. Devemos melhorar ainda mais nossa Doutrina (como o Apêndice M de nosso manual de interrogatório) e devemos continuar a aumentar o efetivo e a qualidade de nossos soldados de HUMINT. Mais importante: uma vez que a doutrina confiável e a forte estrutura do Exército de nada adiantam se não forem acompanhadas por uma instrução confiável, precisamos atentar para um treinamento ético e uma educação profissional corretos por toda a Força. Está em jogo não apenas evitar uma futura derrota estratégica — o que, por si só, seria uma justificativa —, mas também buscar uma solução permanente para o que gerou uma momentânea crise existencial para nosso Exército. Essa crise surgiu quando a tese de que “o fim justifica os meios” tornou-se bem mais influente do que devia ser durante a *OIF I*. Embora essa tese tenha sempre seus proponentes, ela não representa o que os soldados estadunidenses são e tampouco o que eles devem se tornar: os soldados estadunidenses pertencem à cidade no alto da colina. **MR**

REFERÊNCIAS

1. MANSOOR, Peter R. *Baghdad at Sunrise* (New Haven & London: Yale University Press, 2008), p. 178.
2. HUMAN RIGHTS WATCH. “No Blood, No Foul” *Human Rights Watch*, jul. 2006, disponível em: <www.hrw.org/en/reports/2006/07/22/no-blood-no-foul>, acesso em: 17 fev. 2009, p. 34.
3. ESTES, Kenneth W. *US Army Soldier Baghdad 2003-04* (Oxford: Osprey Publishing, Ltd., 2007), p. 6.
4. CORDSMAN, Anthony H. “Iraq’s Evolving Insurgency: The Nature of Attacks and Patterns and Cycles in the Conflict” Center for Strategic and International Studies, disponível em: <www.csis.org/media/csis/pubs/060203_iraqi-combattrends.pdf>, acesso em: 4 dez. 2008, p. 32.
5. RICKS, Thomas E. *Fiasco: The American Military Adventure in Iraq* (New York: The Penguin Press, 2006), p. 197.
6. 4TH INFANTRY DIVISION HEADQUARTERS. “AR 15-6 Investigation” *American Civil Liberties Union: Torture FOIA*, 24 ago. 2003, disponível em: <www.aclu.org/torturefoia/released/041905/6570_6668.pdf>, acesso em: 20 fev. 2009, p. 55.
7. RICKS, 197.

8. *Ibid.*
9. Welshofer é identificado como o escritor desse e-mail nos documentos tribunais on-line e em várias notícias.
10. 4TH INFANTRY DIVISION 15-6 INVESTIGATION. “Exhibit A (Email Correspondences)” *American Civil Liberties Union: Torture FOIA*, 6 out. 2003, disponível em: <www.aclu.org/torturefoia/released/041905/6570_6668.pdf>, acesso em: 15 mar. 2009, p. 54.
11. *Ibid.*
12. *Ibid.*, p. 59.
13. 4TH INFANTRY DIVISION 15-6 INVESTIGATION. “Exhibit A (Email Correspondences)” p. 53. O nome do major Hoepner é omitido na versão publicada desse documento.
14. GRAF, Henry ed., *American Imperialism and the Philippine insurrection; testimony taken from hearings on affairs in the Philippine Islands before the Senate Committee on the Philippines*, 1902 (Boston: Little, Brown and Company, 1969).
15. MOYER, Mark. *Phoenix and the Birds of Prey* (Lincoln: University of Nebraska Press, 2007), p. 99-100.
16. BRASS, Martin. *Torture to Prevent Terrorism? Interview with*

a *French Master Torturer*, 2004, disponível em: <www.military.com/NewContent/0,13190,SOF_0704_Torture,00.html>, acesso em: 20 mar. 2009).

17. WINTHROP, John. In *Speeches that Changed the World*, ed. by Owen Collins (Westminster: John Knox Press, 1999), p. 65.

18. FISHER, David Hackett. *Washington's Crossing* (New York: Oxford University Press, 2004), p. 375.

19. *Ibid.*, p. 379.

20. Muitos estudos históricos salientaram o papel que o racismo exerceu na criação de exceções a essa regra. Consulte, por exemplo, o ensaio de LEE, Wayne E. "From Gentility to Atrocity: The Continental Army's Way of War", que contrasta o comediamento demonstrado pelo Exército Continental ao combater o Exército britânico com a sua brutalidade ao lutar contra os índios norte-americanos iroqueses em 1779.

21. HIPWELL, Colonel Robert. "800th MPBDE Inaugural Jails/Justice/Jails Meeting with CPA 1000 hrs Thursday", e-mail remetido ao autor pelo historiador do V Corps Historian, Campo Victory, Bagdá, 3 jul. 2003, p. 1.

22. JONES, Gen Div Anthony R. "AR 15-6 Investigation of the Abu Ghraib Prison and 205th Military Intelligence Brigade", *United States Department of Defense [DOD] Detainees Investigations*, 25 de agosto de 2004, disponível em: <www.defenselink.mil/news/Aug2004/d20040825fay.pdf>, acesso em: 20 mar. 2009, p. 10.

23. INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS. "Report of the International Committee of the Red Cross (ICRC) on the Treatment by the Coalition Forces of Prisoners of War and Other Protected Persons by the Geneva Conventions in Iraq During Arrest, Internment and Interrogation, 10 May 2004", GlobalSecurity.org: Military, disponível em: <www.globalsecurity.org/military/library/report/2004/icrc_report_iraq_feb2004.htm>, acesso em: 16 jan. 2009), p. 23.

24. FAY, Gen Bda George R. "AR 15-6 Investigation of the Abu Ghraib Detention Facility and 205th Military Intelligence Brigade", *DOD Detainees Investigations*, 25 ago. 2004, disponível em: <www.defenselink.mil/news/Aug2004/d20040825fay.pdf>, acesso em: 20 mar. 2009, p. 45.

25. DEPARTMENT OF THE NAVY INSPECTOR GENERAL. "Review of Department of Defense Detention Operations and Detainee Interrogation Techniques", *The Office of the Secretary of Defense and Joint Staff Reading Room, Detainee Related Documents*, 7 mar. 2005, disponível em: <www.dod.mil/pubs/foi/detainees/church_report_1.pdf>, acesso em: 10 fev. 2009, p. 80.

26. *Ibid.*

27. WRIGHT, Donald P.; REESE, Timothy R. *On Point II, Transition to the New Campaign: The United States Army in Operation Iraqi Freedom, May 2003–January 2005* (Fort Leavenworth, KS: Combat Studies Institute Press, 2008), p. 207.

28. DEPARTMENT OF THE NAVY INSPECTOR GENERAL, "Review", p. 6-7.

29. *Ibid.*, p. 297. Segundo os relatórios das notícias, esses casos de homicídio envolveram dois detentos sendo atados ao teto e batidos por vários dias.

30. *Ibid.*

31. CJTF-7 HEADQUARTERS. "Interrogation and Counter-Resistance Policy Memorandum, September 14, 2003", *American Civil Liberties Union: Torture FOIA*, disponível em: <www.aclu.org/FilesPDFs/september%20sanchez%20memo.pdf>, acesso em: 2 nov. 2008, p. 4-5.

32. As escolas de Sobrevivência, Fuga, Resistência e Fuga (*Survival, Escape, Resistance and Evasion — SERE*) das Forças Armadas dos EUA são estruturadas para ensinar os militares americanos, em geral pilotos e integrantes das Forças de operações especiais, como sobreviver interrogatórios conduzidos por inimigos que não sejam obrigados pelas Convenções de Genebra. Especificamente, as técnicas de interrogatório empregadas nessas escolas se derivam dos métodos usados pelo Exército Comunista Chinês durante a Guerra da Coreia para extrair confissões falsas dos prisioneiros por seu valor de propaganda. O "Senate Armed Services Committee Inquiry into the Treatment of Detainees in U.S. Custody", publicado no site do Senador Carl LeVem, talvez seja o melhor relato ostensivo sobre a migração das técnicas de interrogatório avançadas para Guantánamo e para o Afeganistão, e desses teatros de operações, para o Iraque.

33. CJTF-7 Headquarters, "Interrogation and Counter-Resistance Policy Memorandum, September 14, 2003", p. 4-5. Em "Bandeira Falsa," um interrogador fingiu ser de outro país. As "Posições de Estresse" foram definidas como o uso "de posturas físicas (sentado, de pé, ajoelhado e deitado de barriga para baixo, etc.)."

34. *Ibid.*

35. SCHLESINGER, James R.; BROWN, Harold; FOWLER, Tillie K.; HORNER, Gen Ex Charles A. "Final Report of the Independent Panel to Review DOD Detention Operations, August 23, 2004", *United States Department of Defense Detainees Investigation*, disponível em: www.defenselink.mil/news/Aug2004/d20040824.nalreport.pdf>, acesso em: 2 de novembro de 2008, p. 10.

36. FAY, *AR 15-6 Investigation*, p. 92.

37. WOOD, Cap Carolyn. "Sworn Statement of CPT, 519th MI BN; Annex to Fay/Jones/Kern Report", *American Civil Liberties Union: Torture FOIA*, 21 maio

2004, disponível em: <www.aclu.org/les/projects/foiasearch/pdf/DOD000598.pdf>, acesso em: 10 jan. 2009, p. 7. Consulte a investigação do Gen Bda Fay sobre a crença do Coronel Pappa de que poderia aprovar "o uso de cães militares" (FAY, p. 83). Sanchez nega ter delegado essa autoridade de aprovação a Pappas.

38. CJTF-7 HEADQUARTERS. "Interrogation and Counter-Resistance Policy Memorandum, October 12, 2003", *American Civil Liberties Union: Torture FOIA*, disponível em: <www.aclu.org/FilesPDFs/october%20sanchez%20memo.pdf>, acesso em: 12 dez. 2008), p. 1.

39. FAY, "AR 15-6 Investigation", p. 87-88.

40. *Ibid.*, p. 7; Jones, "AR 15-6 Investigation", p. 12.

41. FAY, "AR 15-6 Investigation", p. 7, p. 64.

42. INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS. "Report of the International Committee of the Red Cross", p. 13.

43. *Ibid.*

44. Consulte, por exemplo, o comentário do Gen Bda Fay: "O uso de roupa como um incentivo (nudez) é significativo porque provavelmente contribuiu para uma intensificação da "desumanização" dos detentos e preparou o terreno para a ocorrência de abusos adicionais e mais severos". (FAY, p. 10).

45. HASHIM, Ahmed S. *Insurgency and Counter-Insurgency in Iraq* (Ithaca: Cornell University Press, 2006), p. 144.

46. ZAKARIA, Fareed. "Pssst... Nobody Loves a Torturer", *Newsweek*, 14 nov. 2005, disponível em: <www.fareedzakar.com/ARTICLES/newsweek/111405.html>, acesso em: 11 abr 2009).

47. INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS. "Report of the International Committee of the Red Cross", p. 6.

48. *Ibid.*, p. 7.

49. *Ibid.*

50. "United States of America, Article 32 Hearing: United States v. CW2 Williams, SFC Sommer and SPC Loper", *Washington Post*, 2 dez. 2004, disponível em: <www.washingtonpost.com/wp-srv/nation/documents/mowhoush_court_document.pdf>, acesso em: 21 mar. 2009), p. 20, p. 33.

51. INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS. "Report of the International Committee of the Red Cross", p. 7.

52. UNITED STATES ARMY CRIMINAL INVESTIGATION COMMAND. "CID Report of Investigation—Final (C)/SSI –0177-04-CID259-80266/5C2B/5Y2E/5X1", *American Civil Liberties Union: Torture FOIA*, 3 ago. 2004, disponível em: <www.aclu.org/les/projects/foiasearch/pdf/DODDOA-CID004133.pdf>, acesso em: 22 mar. 2009), p. 1-2. Inexplicavelmente, em sua busca pelos detentos e pela unidade em questão, o agente de investigação não entrevistou nem os soldados responsáveis pelas operações de detenção no campo de aviação Al Habbiniyah durante o período do alegado abuso.

53. *Ibid.*, p. 12.

54. HUMAN RIGHTS WATCH, p. 25-26.

55. *Ibid.*, p. 26-30.

56. *Ibid.*

57. *Ibid.*, p. 26.

58. BRADBURY, Steven G. *Memorandum for John A. Rizzo, Senior Deputy General Counsel, Central Intelligence Agency*, 10 maio 2005, disponível em: <http://luxmedia.vo.llnwd.net/o10/clients/aclu/olc_05102005_bradbury_20pg.pdf>, acesso em: 21 ago. 2009, p. 33.

59. O 3ºRCB atuou a partir do Campo de Aviação Al Asad de Set 03 a Mar 04 (United States of America, "Article 32 Hearing", p. 19). A Operação *Rifles Blitz* era uma operação de cerco e vasculhamento de duas semanas que ocorreu no final de novembro de 2003 na área de Al Qaim (United States of America, "Article 32 Hearing", p. 21).

60. United States of America, "Article 32 Hearing", p. 33.

61. *Ibid.*

62. 4TH INFANTRY DIVISION HEADQUARTERS, "AR 15-6 Investigation", p. 54.

63. United States of America, "Article 32 Hearing", p. 99.

64. WHITE, Josh "Documents Tell of Brutal Improvisation by GIs", *Washington Post*, 3 ago. 2005, disponível em: <www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2005/08/02/AR2005080201941.html>, acesso em: 22 mar. 2009.

65. HUMAN RIGHTS WATCH. "No Blood, No Foul", p. 37.

66. *Ibid.*, p. 36-37.

67. MOFFEIT, Mike. *Brutal Interrogation in Iraq*, 19 maio 2004, disponível em: <www.denverpost.com/search/ci_0002157003>, acesso em: 24 ago. 2009.

68. *Ibid.*

69. *Ibid.*

70. *Ibid.*

71. *Ibid.*

72. JEHL, Douglas. "Pentagon Will Not Try 17 G.I.'s Implicated in Prisoners' Deaths", 26 de março de 2005, disponível em: <www.nytimes.com/2005/03/26/politics/26abuse.html?_r=1>, acesso em: 24 ago. 2009.

73. "Final Autopsy Report," *American Civil Liberties Union: Torture FOIA*, disponível em: <www.aclu.org/torturefoia/released/041905/m001_203.pdf>, acesso em: 22 ago. 2009, p. 108.

74. UNITED STATES ARMY CRIMINAL INVESTIGATION COMMAND, "Army Criminal Investigators Outline 27 Confirmed or Suspected Detainee Homicides for Operation Iraqi Freedom, Operation Enduring Freedom", United States Army Criminal Investigation Command, disponível em: <www.global-security.org/military/library/news/2005/03/cid_oifoef_homicides_25mar2005.pdf>, acesso em: 23 ago. 2009, p. 7.
75. *Ibid.*
76. *Ibid.*, p. 16.
77. WELSHOFER, Lewis "Memorandum for Commander 82d ABN DIV," *American Torture*, 11 de fevereiro de 2004, disponível em: <www.americantorture.com/documents/iraq/10.pdf>, acesso em: 20 de março de 2009, p. 2.
78. *Ibid.*
79. *Ibid.*
80. KUSNETZ, Marc "Torture on Trial—HRF Observes Court Martial of Army Officer Accused in Death of Iraqi Major General", *Human Rights First*, 13-17 jan. 2006, disponível em: http://www.humanrights.rst.org/us_law/etn/trial/welshofer-011706.asp, acesso em 20 mar. 2009. Esse depoimento está no hyperlink "In Their Own Words". Consulte também BRADBURY, Steven G. *Memorandum for John A. Rizzo, Senior Deputy General Counsel, Central Intelligence Agency*, 30 maio 2005, p. 15. Durante a corte marcial de Welshofer, esse *Warrant Officer* declarou sob juramento: "Basicamente o seguramos [Mowhoush] de costas e despejamos água em sua cara". Segundo o memorando da CIA aqui citado, o detido, quando sujeitado ao afogamento simulado, "é colocado em uma prancha de rosto para cima com a cabeça inclinada" e "um pano é colocado sobre o rosto, no qual se despeja água por períodos de no máximo 40 segundos". Além do uso de um pano especificado pela técnica da CIA derivada da SERE, não há uma diferença aparente entre a tática empregada aqui por Welshofer em Mowhoush e a técnica da CIA conhecida como afogamento simulado (*waterboarding*).
81. KUSNETZ, hyperlink "In Their Own Words".
82. *Ibid.*
83. *Ibid.*
84. *Ibid.* Hyperlink "Case Closed?".
85. INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS. "Report of the International Committee of the Red Cross", p. 7.
86. 4ID STAFF JUDGE ADVOCATE. "Documents provided by the 4th Infantry Division SJA", *American Civil Liberties Union: Torture FOIA*, 12 maio 2004, disponível em: <www.aclu.org/.les/projects/foiasearch/pdf/DOD043552.pdf>, acesso em: 22 mar 2009, p. 2. Cabe mencionar que "isolamento" é uma técnica de interrogatório avançada.
87. *Ibid.*
88. UNIDENTIFIED INVESTIGATING OFFICER. "Memo for Record—Evidence", *American Civil Liberties Union: Torture FOIA*, 4 fev. 2004, disponível em: <www.aclu.org/.les/projects/foiasearch/pdf/DOD043571.pdf>, acesso em: 22 mar. 2009, p. 1.
89. 4TH INFANTRY DIVISION HEADQUARTERS, "AR 15-6 Investigation", p. 43.
90. *Ibid.*, p. 74.
91. *Ibid.*, p. 73-74.
92. *Ibid.*, p. 26, p. 73-74.
93. *Ibid.*, p. 56.
94. *Ibid.*, p. 46-47.
95. *Ibid.*, p. 47, p. 62.
96. ODIERNO, Gen Bda Raymond. "Treatment of Detainees in the Custody of U.S. Forces", *American Civil Liberties Union: Torture FOIA*, 21 set. 2003, disponível em: <www.aclu.org/.les/projects/foiasearch/pdf/DOD043596.pdf>, disponível em: 22 mar. 2009), p. 1-2.
97. 4TH INFANTRY DIVISION HEADQUARTERS, "AR 15-6 Investigation", p. 48.
98. *Ibid.*, p. 49.
99. *Ibid.*, p. 24.
100. *Ibid.*, p. 28.
101. *Ibid.* Essa prática viola as Disposições Gerais do Artigo 3º das Convenções de Genebra, um artigo que, segundo confirmado pelo Supremo Tribunal Federal dos EUA, também se aplica a "combatentes ilegais". Quanto ao uso alegado dessa técnica pelas unidades da 4ªDI, consulte RICKS, p. 236, p. 256, p. 260, p. 283 e p. 357.
102. *Ibid.*
103. DEPARTMENT OF THE NAVY INSPECTOR GENERAL, "Review", p. 299-300.
104. ESTES, *US Army Soldier Baghdad 2003-04*, p. 32.
105. *Ibid.*, p. 22.
106. *Ibid.*
107. *Ibid.* O desdobramento da IAD foi prorrogado no Iraque para a Operação *Iron Saber*, Abr a Jul 03.
108. MIXON, Ten Cel Laurence "501st MI Battalion Command Philosophy" 1 jul. 2003.
109. PRYER, Maj Douglas A. "Interview with LTC Nathan Hoepner", *Operational Leadership Experiences in the Global War on Terrorism*, 19 dez. 2008, disponível em: <cgsc.cdmhost.com/cdm4/item_viewer.php?CISOROOT=/p4013coll13&CISOPTR=1441&CISOBX=1&REC=6>, acesso em: 24 mar. 2009, p. 11, p. 17.
110. *Ibid.*, p. 16, p. 18.
111. *Ibid.*, p. 16; 501ST MP PLATOON LEADER. "Collection Point & Internment Facility Interview Questions", *American Civil Liberties Union: Torture FOIA*, 23 mar. 2004, disponível em: <www.aclu.org/.les/projects/foiasearch/pdf/DOD018576.pdf>, acesso em: 23 mar. 2009), p. 17.
112. HOEPNER, Ten Cel Nathan. *Email to Major Douglas A. Pryer: Re: Interview!* 25 mar. 2009.
113. HOEPNER, Ten Cel Nathan. *Email to Major Douglas A. Pryer: Re: Interview!* 28 mar. 2009.
114. DEPARTMENT OF THE NAVY INSPECTOR GENERAL, "Review", p. 60.
115. PRYER, "Interview with LTC Nathan Hoepner", p. 10-11.
116. Embora as instalações da FT 1ºDBId não utilizassem as técnicas de interrogatório avançadas, os guardas e/ou interrogadores em algumas instalações permitiram temporariamente o uso de "posições de estresse" leves como um meio de controlar detentos rebeldes (não para coagir os detentos a fornecer informações). Na época, a doutrina da Polícia do Exército (mas não a da Inteligência Militar) proibia essa prática especificamente. Atualmente, a doutrina da Inteligência Militar claramente proíbe essa prática também.
117. PRYER, Maj Douglas A. "Interview with CW3 John Groseclose", *Operational Leadership Experiences in the Global War on Terrorism*, 7 jan. 2009, disponível em: <cgsc.cdmhost.com/cgi-bin/show.le.exe?CISOROOT=/p4013coll13&CISOPTR=1429&le.name=1431.pdf#search=%62Pryer%22>, acesso em: 25 mar. 2009, p. 12.
118. PRYER, Maj. Douglas A. "Interview with CW3 Kenneth Kilbourne", *Operational Leadership Experiences in the Global War on Terrorism*, 21 dez. 2008, disponível em: <cgsc.cdmhost.com/cdm4/item_viewer.php?CISOROOT=/p4013coll13&CISOPTR=1440&CISOBX=1&REC=2>, acesso em: 31 mar. 2009, p. 7.
119. PRYER, "Interview with CW3 John Groseclose", p. 2, p. 11.
120. *Ibid.*, p. 13.
121. PRYER, "Interview with LTC Nathan Hoepner", p. 11.
122. IAD Headquarters, "FRAGO 383A [General Order—Civilian or Detainee Maltreatment] to OPORD 03-215 (Iron Stability)", *American Civil Liberties Union: Torture FOIA*, 21 jul 2003, disponível em: <www.aclu.org/.les/projects/foiasearch/pdf/DODDOA027333.pdf>, acesso em: 4 mar. 2009, p. 58-60.
123. *Ibid.*
124. MANSOOR, p. 178-79.
125. DEPARTMENT OF THE NAVY INSPECTOR GENERAL, "Review", p. 298-302. O Relatório Church (*Church Report*) identifica cinco casos comprovados de abuso em interrogatórios por soldados (não interrogadores instruídos em uma escola) da TFIAD. Dois deles ocorreram no momento da captura; três em instalações de detenção temporárias.
126. PRYER, "Interview with LTC Nathan Hoepner", p. 11.
127. U.S. ARMY FIELD MANUAL 34-52, *Intelligence Interrogation* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, September 1992), p. 1-8.
128. ALEXANDER, Matthew; BRUNING, John R. *How to Break a Terrorist: The U.S. Interrogators Who Used Brains, Not Brutality, To Take Down the Deadliest Man in Iraq* (New York: Free Press, 2008).
129. SCHLESINGER, BROWN, FOWLER; HORNER, Appendix H, p. 1-4.
130. *Ibid.*, Appendix H, p. 3-4.
131. *Ibid.*, Appendix H, p. 4.
132. INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS. "Geneva Convention (IV) relative to the Protection of Civilian Persons in Time of War, Geneva", *International Humanitarian Law—Treaties & Documents, 12 August 1949*, disponível em: <www.icrc.org/ihl.nsf/7c4d08d9b287a42141256739003e636b/6756482d86146898c125641e004aa3c5>, acesso em: 25 mar. 2009. O Supremo Tribunal Federal dos EUA defendeu que as Disposições Gerais do Artigo 3º se aplicam até a combatentes ilegais em sua decisão de 29 Jun 06, "Hamdan vs. Rumsfeld."
133. A doutrina e os regulamentos de interrogatório do Exército são obrigatórios para todas as Forças Singulares dos EUA.
134. DEPARTMENT OF THE NAVY INSPECTOR GENERAL, "Review", p. 294-302. Dos 16 casos comprovados de abuso em interrogatórios no Iraque concluídos antes de 30 Set 04, apenas 6 envolveram interrogadores instruídos.
135. GODSIL, Ten Cel Russell. *Email to Major Douglas A. Pryer: Re: Re: Interview!* 19 fev. 2009. Segundo o Ten Cel Godsil, Vice S-2 recém-desdobrado para a IAD, um batalhão de HUMINT apoiava as operações de HUMINT em todo o teatro de operações, deixando, assim, poucas Equipes de Coleta de HUMINT para apoiar as Divisões. Isso não difere muito da situação durante a OIF I.
136. *Ibid.* Mais preocupante, embora a brigada de manobras típica contasse com dois *warrant officers* para as seções de HUMINT de sete pessoas durante a OIF I, normalmente apenas um *warrant officer* de HUMINT administra as seções bem maiores de 16 pessoas nos Batalhões de Tropas Especiais de tais brigadas hoje.